

12/05/2025

APEOESP

041

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

SEDUC ESCLARECE SOBRE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)

Diante de dúvidas de professores da categoria O, levados à Secretaria da Educação pelo nosso Sindicato, recebemos esclarecimentos a respeito do Edital para o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de professores temporários para o ano letivo de 2026:

“O Processo Seletivo Simplificado é "obrigatório" (no sentido de ser a única inscrição ativa para atribuição em 2026, em regime de contratação), para os docentes:

- Candidatos à contratação;
- Docentes com contrato celebrado em 2022, cuja vigência encerra no ano de 2025;
- Docentes que celebraram contrato através de cadastro emergencial, ainda que em 2025.

Esses professores precisarão, necessariamente, de uma inscrição no PSS em questão para participarem da atribuição de classes e aulas em 2026.

Os remanescentes do concurso público e os professores com contrato ativo a partir do ano de 2023 (através de processo seletivo simplificado), poderão par-

Secretaria de Comunicação

participar do processo de atribuição de aulas em 2026, sem que seja estritamente necessária a inscrição no Processo Seletivo Simplificado atual.”

A CGRH esclareceu ainda que professores da categoria O cujos contratos vencem no final deste ano e que são remanescentes do concurso não são obrigados a participar do PSS. Entretanto, se o(a) professor(a) pretende assumir aulas de disciplina diferente daquela(s) para a(s) qual(ais) prestou o concurso, aí sim, deverá participar do PSS.

Recomendamos, para quem desejar, realizar o PSS, ainda que tenha contrato ativo, para o caso, por exemplo, de que haja nova chamada do concurso público neste ano e o professor escolha ou desista de vaga, ficando, assim, sem inscrição ativa para fins de contratação no ano de 2026.

TODOS À ALESP NA LUTA PELA AMPLIAÇÃO DO NOSSO REAJUSTE

A partir desta terça-feira, as subsedes, sobretudo da Capital e Grande São Paulo, devem designar Conselheiros, Conselheiras, Diretores(as), Representantes de Escolas e de Aposentados, assim como outros(as) professores e professoras para estarem na Assembleia Legislativa para dialogar com deputados e deputadas e pressioná-los(as) a aprovarem um reajuste salarial superior aos 5% propostos pelo Governo do Estado. No mínimo, 6,27%, rumo ao cumprimento correto e integral do Piso Salarial Profissional Nacional.

Nós próximos dias encaminharemos às subsedes uma proposta de rodízio na Alesp, para que sempre estejamos lá presentes durante a tramitação do projeto. Nos momentos em que o projeto entrar em pauta, realizaremos mobilizações maiores, assim como está sendo programado um ato unitário do funcionalismo no local.

Vamos solicitar apoio às Câmaras Municipais

Segue anexo a este Boletim Ofício Especial da APEOESP a ser entregue nas Câmaras Municipais, para que expressem apoio à nossa Campanha Salarial e Educacional 2025, sobretudo à reivindicação de aplicação do reajuste do piso nacional no salário-base, além dos demais itens de nossa pauta.



Ofício Especial

São Paulo, 12 de maio de 2025.

Senhor(a) Presidente(a) da Câmara Municipal,

Ao cumprimentá-lo(a), desejando que esteja bem e com saúde, vimos a vossa presença a fim de solicitar manifestação desta Câmara Municipal no sentido de apoiar a luta das professoras e dos professores estaduais por valorização salarial e profissional e melhores condições de trabalho. Entre as reivindicações, estão:

- Ampliação do reajuste de 5% encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa, na perspectiva do cumprimento integral do piso salarial profissional nacional;
- Atribuição de aulas presenciais, justas e transparentes, em período fora das férias e recesso dos professores;
- Convocação de 44 mil professores concursados;
- Carreira aberta, justa e atraente;
- Aceleração da climatização nas escolas;
- Aumento no valor do auxílio-alimentação;
- Direito dos professores se alimentarem nas escolas;
- Devolução dos valores descontados de aposentados e pensionistas na vigência do confisco.
- Reposição das aulas não ministradas em dias de assembleias com greves/paralisações.

Além de outras reivindicações.

Solicitamos que cópia deste seja encaminhada a todos(as) os(as) vereadores. Agradecendo, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Fábio Santos de Moraes
Primeiro Presidente

Maria Izabel Azevedo Noronha
Segunda Presidenta